

Baderna no Congresso

29 JAN 1993
Nacional

RICARDO A. SETTI

Não tem erro: bastou haver votação polêmica no Congresso e a instituição — como também o País — passa a correr o risco do constrangimento e do vexame de ver sua sede transformada em arquibancada de futebol em dia de tumulto. Foi, mais uma vez, o que ocorreu na quarta-feira à noite, quando a Câmara dos Deputados — graças a Deus — aprovou o projeto de modernização dos portos.



Tratou-se ali, como se sabe, de remover um dos gargalos à maturidade do capitalismo brasileiro, eliminando, entre outras barbaridades patrocinadas pelo paternalismo de sucessivos governos e de gerações de políticos clientelistas, o monopólio — muitas vezes exercido de forma francamente mafiosa — da contratação de mão-de-obra pelos sindicatos. Tanto pressionaram os sindicatos que o Senado alterara fundamentalmente o projeto inicialmente aprovado pela Câmara dos Deputados. Na revisão da matéria que lhe cabe por dispositivo da Constituição, a Câmara acabou restabelecendo os fundamentos da proposição.

É natural que os sindicatos interessados exercessem, como o fizeram, todo o poderio de seu lobby para influenciar deputados e senadores a modificar as linhas gerais de um projeto que, enviado ao Congresso pelo governo do ex-presidente Fernando Collor, se ar-

rastava penosamente há dois anos por entre comissões e plenários. O que não pode ser aceito, de forma alguma, pelos dirigentes do Congresso, é o tipo de baderna patrocinada nas galerias da Câmara dos Deputados por grupos de portuários vociferantes, claramente estimulados por alguns dirigentes sindicais.

As galerias são um semicírculo disposto como um auditório metros acima do plenário da Câmara, que o envolve e é destinado aos cidadãos que queiram assistir às sessões da Casa e, também, às do Congresso (Senado e Câmara juntos), que são igualmente ali realizadas. No final da sessão de quarta-feira, aproveitando-se do privilégio de estarem acompanhando o trabalho dos representantes do povo, grupos de sindicalistas revoltados com a aprovação do projeto de modernização gritaram, xingaram os deputados de “assassinos” e “ladrões” e arremessaram bolotas de papel e moedas no plenário. Foi uma maneira intolerável, selvagem e cafajeste de manifestar inconformismo com algo que foi decidido, de forma democrática, por delegados dos eleitores que estão ali exatamente para isso.

Os dirigentes do Congresso não podem mais ignorar o problema, que tem se repetido de forma humilhante para a instituição. Durante os trabalhos da Constituinte (1987-1988), por exemplo, tornou-se comum a prática de jogar dinheiro no plenário para protestar contra políticos supostamente “vendilhões” — sendo que era vendilhão todo aquele deputado ou senador que não votava como as galerias queriam.

No começo de 1991, na posse

dos deputados e senadores eleitos em 1990, a falta de educação voltou a imperar. Representantes de setores considerados conservadores, como os deputados Ronaldo Caiado (PFL-GO), Roberto Cardoso Alves (PTB-SP) e Delfim Netto (PDS-SP), foram estrepitosamente vaiados. As galerias ignoraram o fato de que — sobretudo nos casos de Caiado e Delfim — se tratava de titulares de grandes votações, que espelhavam a confiança de parcelas significativas da opinião pública de seus Estados.

Logo depois desses episódios, a bagunça voltou a se fazer presente no Congresso: na votação do Plano Collor I, em abril de 1991, militantes do MR-8, uma espécie de tropa de choque de um setor do PMDB, promoveram uma agitação que resultou em portas de vidro quebradas e pessoas agredidas, enquanto funcionários de estatais ameaçadas de fechamento formavam um corredor polonês para humilhar parlamentares. Bofetões, bolsadas, empurrões e xingamentos deram o tom na ocasião.

O pior é que não são poucas as pessoas, no Brasil, que acham que não há nada de errado nisso. Tais “manifestações”, imagina-se, são “reflexo da democracia”. Não é preciso lembrar que em nações civilizadas tais atos são inimagináveis — em vez de ser compreendidos como algo “normal” e “democrático”, são casos para tropa de choque ou radiopatrulha. Desrespeito do tipo como esse que assola o Congresso brasileiro não acontece, em paragens menos primitivas, nem em assembleias de estudantes.

Nos Estados Unidos, por exem-

plo, um cidadão só pode entrar nas galerias do Senado com um convite assinado por um senador, e não tem o direito de sentar-se nas primeiras fileiras — debruçadas sobre o plenário —, destinadas a ex-parlamentares ou outras personalidades. Na Grã-Bretanha, as sessões da Câmara dos Comuns são assistidas em tal silêncio pelas galerias que se pode ouvir o tamborilar de um lápis de um deputado sobre sua mesa.

Nestes tempos em que o Congresso recupera seu prestígio perante a opinião pública, depois de ter escoraçado do poder, por lá-droagem, o ex-presidente Fernando Collor, é mais do que adequado que cuide de sua imagem também diante desse peculiaríssimo lobby à brasileira, que consiste em constranger diretamente, muitas vezes na base do xingamento e até da pancadaria, os deputados e senadores.

Estamos a dias das eleições para a escolha dos novos presidentes e das novas mesas diretoras da Câmara e do Senado. Espera-se que os diferentes candidatos incluam o tema entre suas preocupações. Jeito de resolver há — seja protegendo de alguma forma mais eficiente o plenário das galerias, seja limitando o acesso ao Salão Verde, o grande vestíbulo do plenário, seja exercendo um maior e mais rigoroso controle sobre o comportamento dos cidadãos que procuram as galerias.

Chega de bagunça e de baixaria contra o Congresso. Bem ou mal, ele representa a todos nós, cidadãos.

■ Ricardo A. Setti, jornalista, é diretor editorial adjunto da Editora Abril.